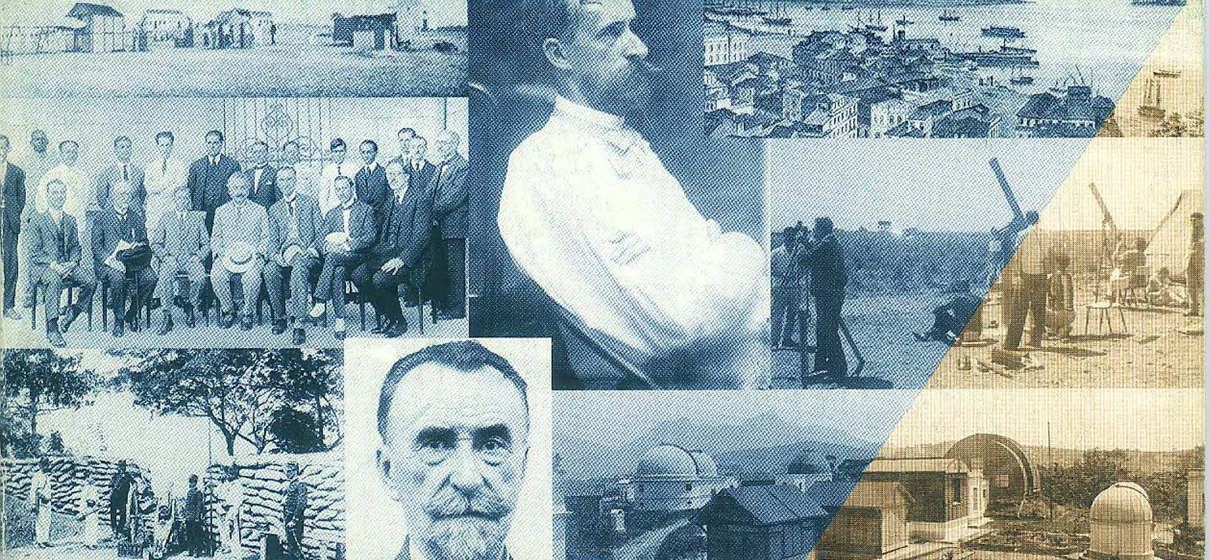
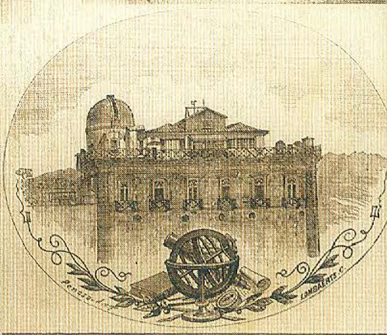
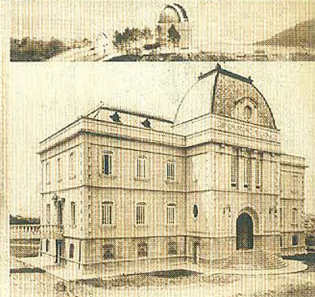
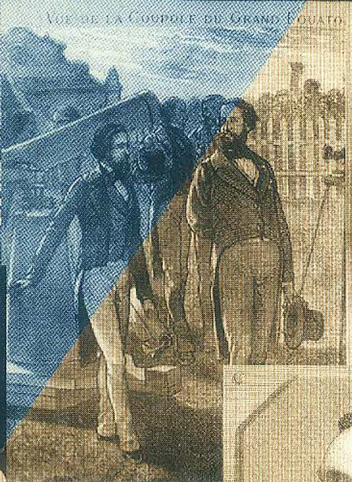
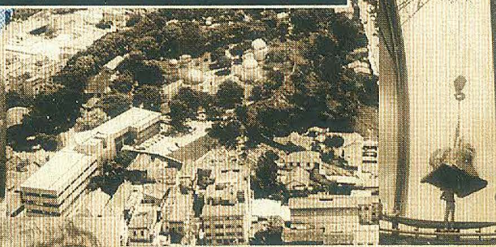
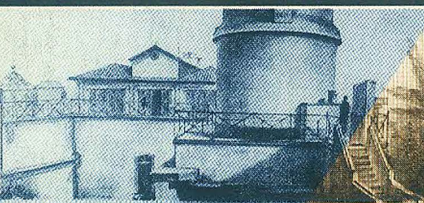




DA TERRA AO CÉU

A TRAJETÓRIA DO OBSERVATÓRIO NACIONAL



DA TERRA AO CÉU

A TRAJETÓRIA DO OBSERVATÓRIO NACIONAL

from 10 to 14

Da Terra ao Céu: A Trajetória do Observatório Nacional apresenta parte da história de uma das mais antigas instituições científicas brasileiras. Em seus 170 anos, o Observatório Nacional -- ou ON, como é mais conhecido -- tem sido testemunha singular da evolução do Brasil como nação independente e de sua busca para estabelecer uma comunidade científica autônoma.

Ao lado de sua luta para estabelecer as condições para a efetivação da ciência pura no Brasil, o ON também desempenhou tarefas como possibilitar a orientação pelas estrelas, conhecer as posições geográficas, saber e difundir a hora certa e prever o tempo.

Durante sua história, o ON teve várias sedes, recebeu diferentes regulamentos e propôs -- ou lhe atribuíram -- diversos objetivos científicos e práticos. Foi através deles que a instituição construiu a sua identidade. São essas difíceis missões científicas e técnicas que contamos em parte nesta exposição, através de suas vitórias e de seus insucessos.

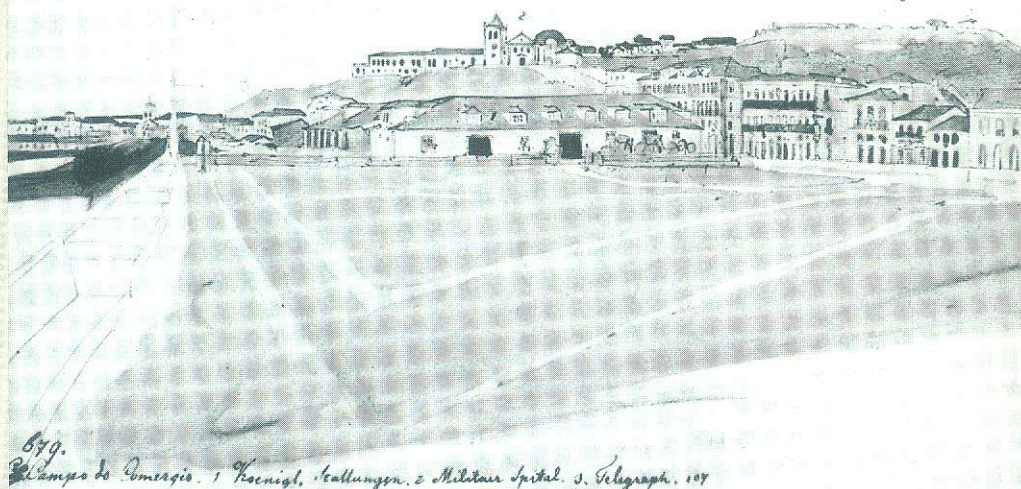
A história da ciência não se resume ao relato de seus heróis e de seus feitos. Essa concepção, quando aplicada indiscriminadamente, desfigura o que ocorreu e ainda ocorre entre nós. Em um país como o Brasil, os pequenos gestos individuais e o papel das instituições não devem ser esquecidos.

Ao contarmos o longo esforço do ON para aproximar a terra do céu, esperamos lembrar o quão difícil é fazer ciência no Brasil. Mesmo que já se tenha alcançado excelência em várias áreas, ainda há muito por ser feito.

A experiência do Observatório Nacional torna-o elemento indispensável para a compreensão do passado das ciências no Brasil e para a construção de seu futuro.

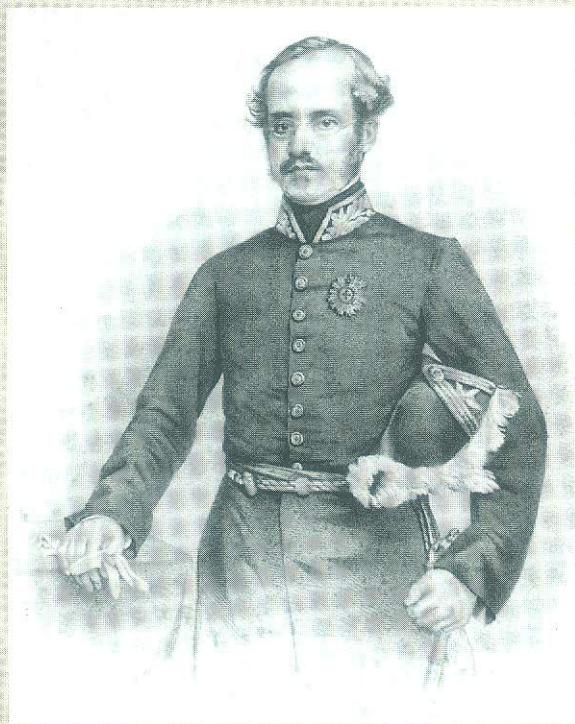


Sayd José Codina Landaberry
Diretor do Observatório Nacional



1

2



1 Aquarela (c. 1810), de Thomas Ender, retrata o antigo largo do Carmo (atual praça XV); a partir da década de 1850, o prédio inacabado da igreja dos Jesuítas (alto, ao fundo) abrigou ao mesmo tempo o Imperial Observatório do Rio de Janeiro e um hospital militar.

Arquivo Nacional

2 Pedro de Alcântara Bellegarde, professor de matemática da Escola Militar e primeiro encarregado do observatório astronômico.

Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty

3 Decreto imperial de 15 de outubro de 1827 que cria um observatório astronômico.

Arquivo Nacional

4 Engenheiro Cândido Batista de Oliveira, professor da Escola Militar e membro da comissão de organização do observatório.

Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty

Um decreto imperial, de 15 de outubro de 1827, cria um observatório astronômico "no lugar que se julgar mais apropriado", por determinação da 1ª Assembléia Constituinte de 1823. A iniciativa é parte de uma estratégia para organizar a navegação e determinar os limites geográficos do país, que impunham a necessidade de trabalhos em astronomia e geodésia. Uma comissão, em 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição. Divergências internas impedem a redação de um relatório unificado. Mas a comissão chega a um consenso: a impropriedade do morro do Castelo como sede do observatório. Seu solo é mole. Esse desentendimento, aliado à instabilidade política da época, impede que o observatório saia do papel.

Só no início da década de 1840 é que uma ação, praticamente isolada, tenta organizar as atividades do observatório, até então inexistente, no torreão da Escola Militar. A iniciativa é de Pedro de Alcântara Bellegarde, professor de matemática e primeiro encarregado do observatório. O fator determinante para o início dessas atividades é a necessidade de aperfeiçoar a instrução dos alunos militares em astronomia e geodésia.

Decreto de 15 de Outubro de 1827
A Assembléa Geral do Imperio do Brasil

Artigo 1º O Imperio cria o Observatorio Astronomico no lugar que se julgar mais apropriado, por determinação da 1ª Assembléa Constituinte de 1823.

Artigo 2º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 3º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 4º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 5º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 6º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 7º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 8º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 9º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 10º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

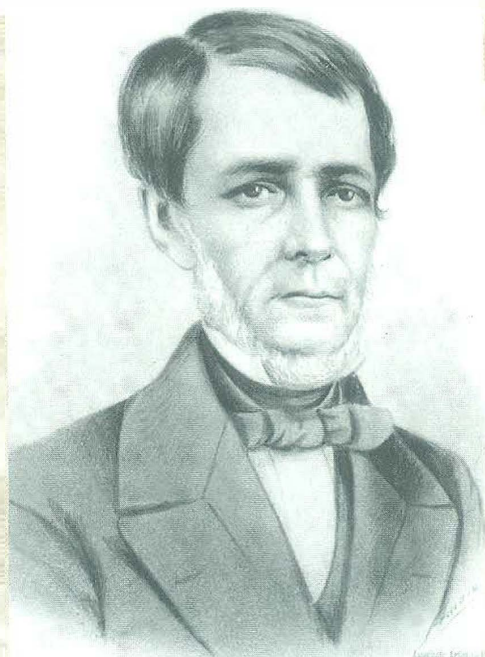
Artigo 11º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 12º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 13º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 14º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.

Artigo 15º A comissão de 1828, deve elaborar o regulamento e fixar o local da recém-criada instituição.



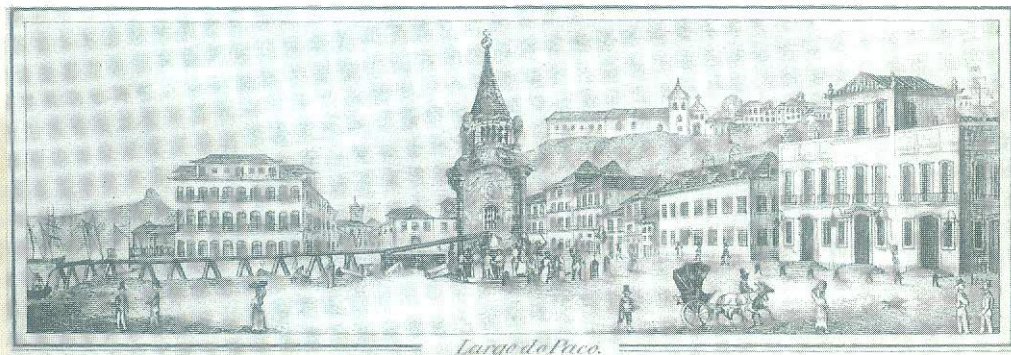
Pouco resta da tentativa de Bellegarde. Em 1845, o ministro da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, em relatório à Assembléia Geral Legislativa, afirma que "o nosso observatório existente consta atualmente de uma incompleta coleção de instrumentos abandonados em um dos torreões do edifício da Escola Militar". Segundo ele, nenhuma observação havia sido feita no ano anterior. Soulier de Sauve, professor substituto da Escola Militar e agora diretor nomeado do observatório, enfrenta a situação de inoperância: compra livros, inspeciona o estado de instrumentos científicos e encomenda novos.

Em 22 de julho de 1846, a instituição, então ligada ao Ministério da Guerra, tem seu primeiro regulamento e nome: Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Ele deve fazer observações astronômicas e meteorológicas "úteis à ciência em geral e ao Brasil em particular", formar e adestrar alunos da Escola Militar e da Academia da Marinha, além de publicar um anuário astronômico. A instabilidade

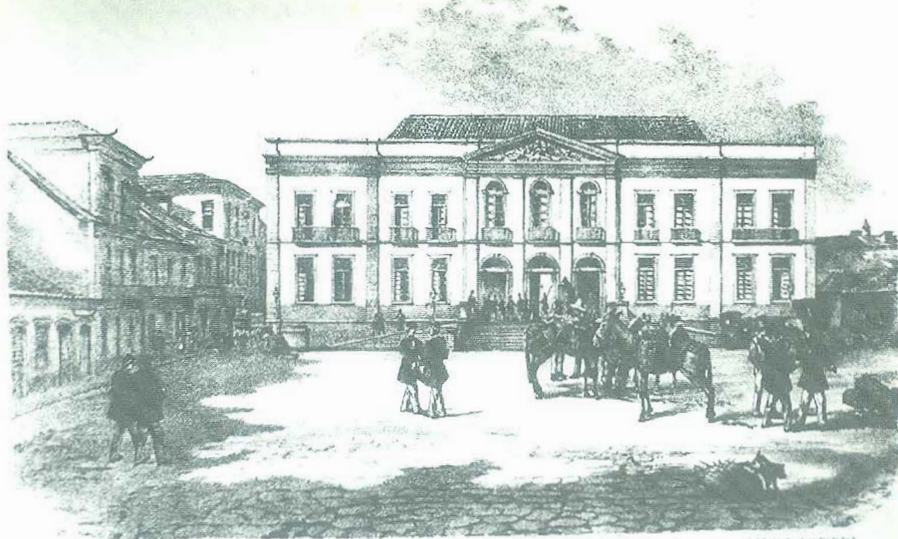
do solo no Largo de São Francisco não suporta o peso dos instrumentos, impedindo a precisão necessária para as observações. Depois de vários pedidos, o observatório transfere-se para uma igreja inacabada no morro do Castelo. Para Soulier de Sauve, o local é inadequado: o solo é, mais uma vez, mole; o espaço físico, insuficiente.

Vencidas as dificuldades, o observatório inicia seus trabalhos em meteorologia e passa a fornecer a hora certa para os navios fundeados no porto. Mas, para a astronomia, o céu ainda continua distante, como algo a ser conquistado. Com a morte de Soulier de Sauve em 1850, o tenente-coronel Antonio Manuel de Mello assume a direção. Publica os *Annaes Meteorológicos*, o primeiro volume das *Efemérides* e tenta adequar o prédio às observações astronômicas. Regulamento e novo local são insuficientes para vencer a situação de precariedade. O Imperial Observatório do Rio de Janeiro ainda está por ser construído.

1

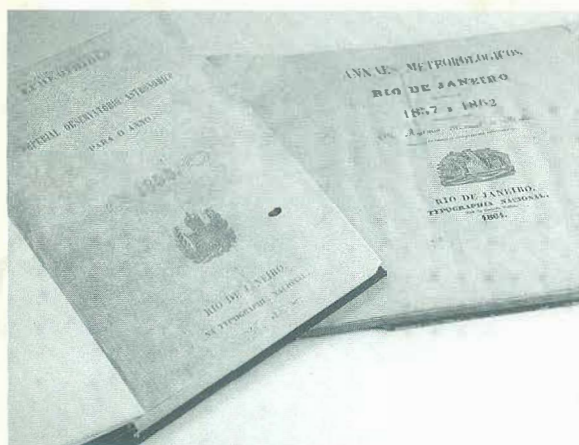


Largo do Paço.



ESCOLA MILITAR

Lithography by Frederic Pustkow



2

1 Litografia (c. 1850), de Frederic Pustkow, mostra o largo do Paço, com a igreja dos Jesuítas (alto, à dir.), sede do Imperial Observatório a partir de 1850.

3

A Praça 15 de Novembro - Antigo Largo do Carmo, de Gilberto Ferrez

2 Prédio da Escola Militar, no largo de São Francisco, em 1826, onde funcionou o então observatório militar.

Foto de Berichen/Antonio Augusto Passos Videira

3 *Efemérides do Imperial Observatório do Rio de Janeiro* e volume dois dos *Annaes Meteorológicos*, primeiras publicações da instituição.

Foto de Joelson Moreira/ON

4 Duas vezes ministro da Guerra, Antonio Manuel de Mello foi o sucessor de Soulier de Sauve na direção do observatório entre 1850 e 1865.

Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty

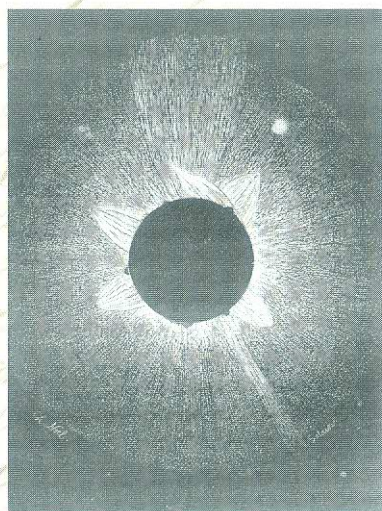


4



1 Porto do Rio de Janeiro, em 1858; ao fundo, o morro do Castelo e a igreja dos Jesuítas, sede do Imperial Observatório.

Foto de Victor Frond/Museu Histórico Nacional



2 Desenho reproduzindo o eclipse solar total de 7/9/1858 em Paranaguá (PR).

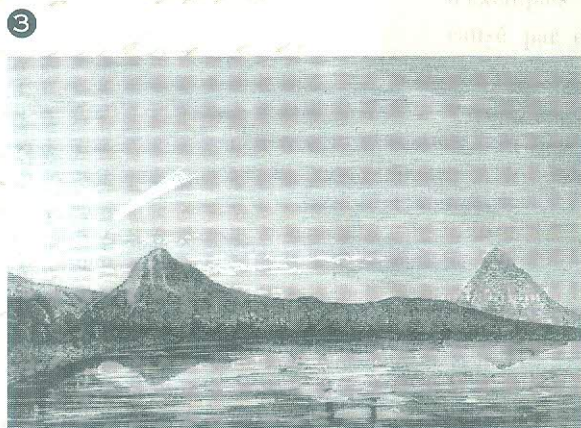
Yan' Dargent em *L'Espace Céleste*, de Emmanuel Liais/Observatório Nacional

3 Desenho mostrando a passagem pelo Rio de Janeiro do Grande Cometa de 1861, observado por Liais.

Yan' Dargent em *L'Espace Céleste*, de Emmanuel Liais/Observatório Nacional

4 Porto do Recife depois das reformas de 1858, das quais participou o engenheiro, astrônomo e meteorologista Emmanuel Liais.

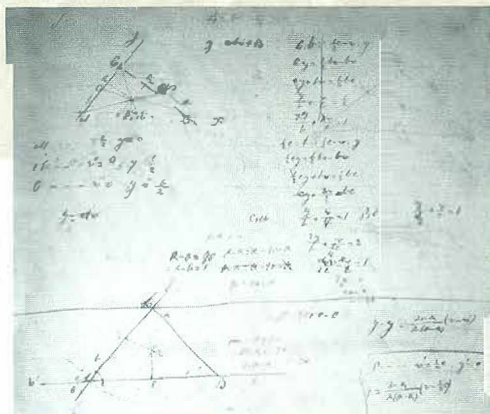
Foto de Augusto Stahl/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



5

A vida do Imperial Observatório é ditada principalmente pelo ensino e por observações meteorológicas. Tendo como base um quadro de funcionários militares, ele é mais um local de treinamento e formação para o Exército e a Armada do que uma instituição científica propriamente dita. Benjamin Constant, então tenente em 1861, trabalha na instituição por quase toda a década de 1860, só interrompendo esse vínculo com sua convocação, cinco anos depois, para a guerra do Paraguai. Os alunos militares são responsáveis pelas observações meteorológicas e pelos cálculos das *Efemérides*, o que garante a continuidade dos serviços que devem ser prestados ao país. A atividade astronômica ainda é ocasional, resumindo-se nesses anos às observações de três eclipses solares em 1858, 1865 e 1868.

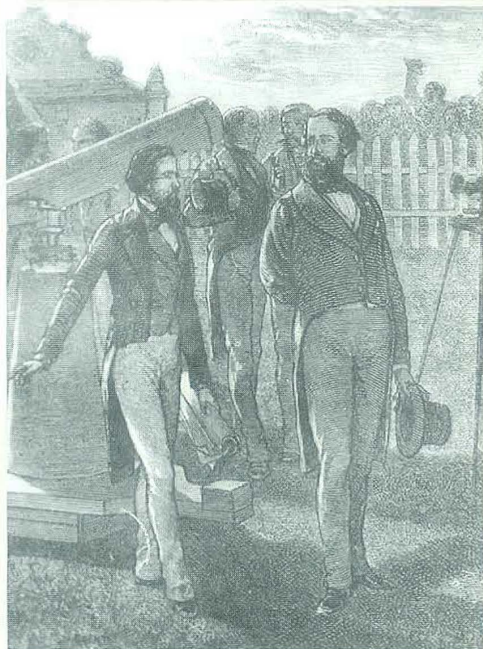
A instituição espera até 1870 por um diretor com perfil de pesquisador profissional. Depois de desentendimentos no Observatório de Paris, o francês Emmanuel Liais renuncia a seu cargo e chega ao país para a observação do eclipse solar de 1858. Durante esses 12 anos, Liais participa da reforma do porto do Recife, faz um levantamento cartográfico do rio São Francisco e do rio das Velhas, observa a passagem de cometas e publica livros e artigos. Sua nomeação em 1870 para diretor do Imperial Observatório, por D. Pedro II, mudará a identidade da instituição.



5 Cálculos de um eclipse lunar feitos em meados da década de 1860 por Benjamin Constant.

Foto de Joelson Moreira/Museu Casa Benjamin Constant

6



6 D. Pedro II em visita ao observatório móvel de Olinda, que funcionou em 1859 e 1860 e foi construído por Liais (à esq.).

Yan' Dargent em *L' Espace Céleste*, de Emmanuel Liais/Observatório Nacional

EMM. LIAIS.

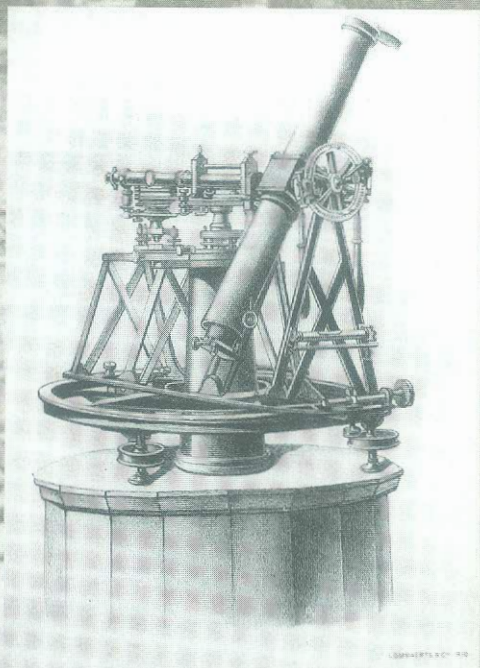
A ÁRDUA CONQUISTA DA AUTONOMIA

Insatisfeito com a precariedade científica e administrativa da instituição, Liai condiciona sua efetivação como diretor à separação do observatório da ex-Escola Militar, agora Escola Central. Para ele, esse é o primeiro passo rumo à autonomia. Sua gestão é marcada por reformas parciais no regulamento, pela compra de equipamentos, pelo envio de alunos e praticantes à Europa e por observações astronômicas regulares.

Mas essas conquistas não são pacíficas. Para implementá-las, Liai tem que enfrentar a resistência de superiores, entre eles Duque de Caxias. A autonomia científica também não será tarefa fácil. Manuel Pereira Reis, até então astrônomo da instituição, duvida publicamente da exatidão dos métodos empregados por Liai na determinação do meridiano absoluto do Imperial Observatório. A polêmica chega às páginas dos jornais e às tribunas do senado e da câmara dos deputados.

A persistência de velhos obstáculos dificulta a conquista da autonomia. A falta de espaço, a localização e as péssimas condições de sua sede, na igreja dos Jesuítas, impossibilitam a instalação de novos instrumentos e impedem a precisão necessária para observações astronômicas, meteorológicas e magnéticas. Esse problema prolonga-se por décadas. Desgastado pelas críticas e polêmicas, Liai demite-se em 1881. Mesmo depois

de uma gestão tumultuada, ele considera-se o verdadeiro criador da instituição. O observatório dispõe agora de recursos para "pesquisas e determinações de toda a natureza em astronomia física e de precisão, assim como em física do globo, além de concorrer para a solução dos problemas mais importantes da grande geodésia", afirma Liai no prefácio do volume I dos *Annaes do Imperial Observatório do Rio de Janeiro* de 1882.



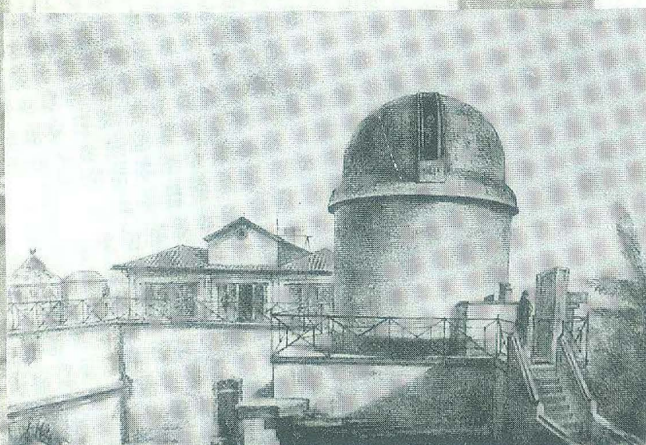
1 Instrumento projetado por Liai e construído em 1873 no Rio de Janeiro por José Maria dos Reis; foi premiado em Viena nesse mesmo ano.



LA CHAÎNE DES ORGUES VUE DE L'OBSERVATOIRE

LOMBART & C^{ie} 1870

2



VUE DE LA COUPOLE DU GRAND EQUATORIAL

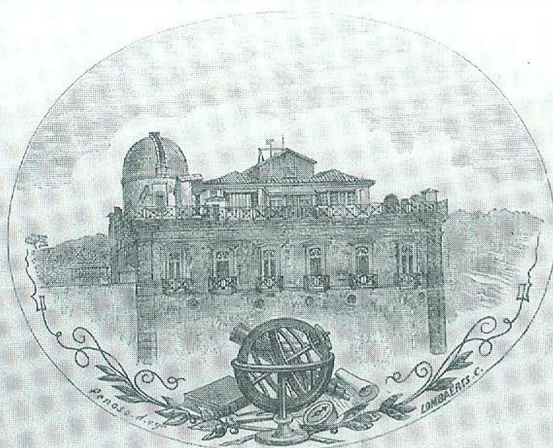
3

2 Parte baixa do antigo centro e porto do Rio de Janeiro vistos a partir da sede do observatório.

3 Cúpula da Grande Equatorial, instrumento instalado no Imperial Observatório no morro do Castelo (c. 1880)

4 Símbolo oficial de 1882, do Imperial Observatório do Rio de Janeiro.

Annaes do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, Observatório Nacional



1 Sede da Imperial Fazenda Santa Cruz para onde o observatório deveria ter sido transferido no final da década de 1880; nela funcionou provisoriamente uma estação meteorológica



Arquivo Nacional

2 Publicações do observatório de meados da década de 1880; uma das preocupações dos diretores foi dotar a instituição de meios para divulgar suas atividades.

Foto de Joelson Moreira/ON

3 Instalações da missão brasileira em 1882 na ilha de Saint Thomas, nas Antilhas, para a observação da passagem de Vênus.

Foto de Pedro Rodrigues Chaves/ON

4 Interior do observatório montado na ilha de Saint Thomas, nas Antilhas.

Foto de Pedro Rodrigues Chaves/ON

5 Luneta astronômica, doada por D. Pedro II, para o Imperial Observatório.

Annaes do Imperial Observatório do Rio de Janeiro
Observatório Nacional



2

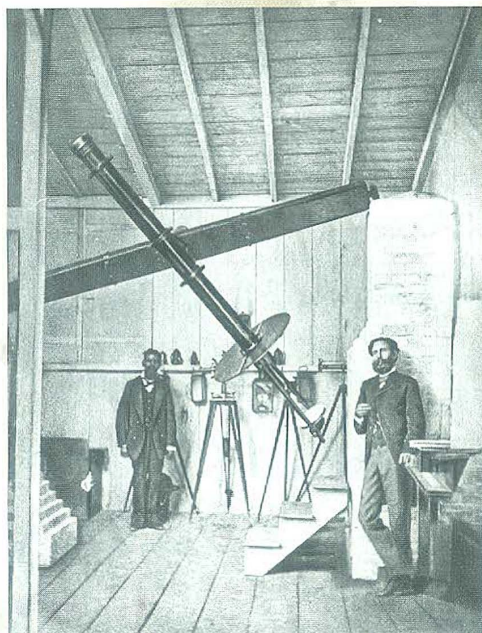
3



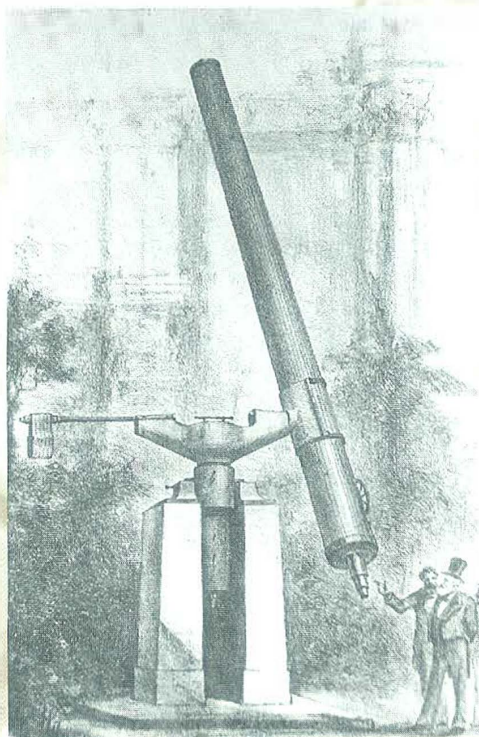
Dotado de recursos e sob a direção interina de Luiz Cruls, o observatório organiza em 1882 uma expedição para observar a passagem de Vênus sobre o disco solar. Seu objetivo é medir a distância entre a Terra e o Sol, além da paralaxe solar. A expedição é um sucesso: os números obtidos concordam com os de outras missões estrangeiras. Quatro anos depois, os resultados são publicados no 3º volume dos *Annaes do Imperial Observatório do Rio de Janeiro* de 1887.

Com o belga Cruls, a instituição consolida o caminho iniciado por Liai. Observações meteorológicas e astronômicas são feitas e publicadas regularmente nos *Annaes* e na recém-criada *Revista do Observatório*, uma das primeiras experiências em divulgação científica no Brasil. O reconhecimento público desse esforço vem na forma do *Prêmio Valz*, em 1883, concedido a Cruls pela Academia de Ciências de Paris.

Até o problema da sede do observatório parece estar resolvido. D. Pedro II doa a Imperial Fazenda Santa Cruz para abrigar suas novas instalações. Mas a falta de verbas não só impede sua saída do morro do Castelo como também frustra a participação brasileira no projeto internacional da *Carta do Céu*. Mais uma vez, competência e reconhecimento internacional não são suficientes para vencer as dificuldades econômicas e a falta de prestígio político da ciência no Brasil.



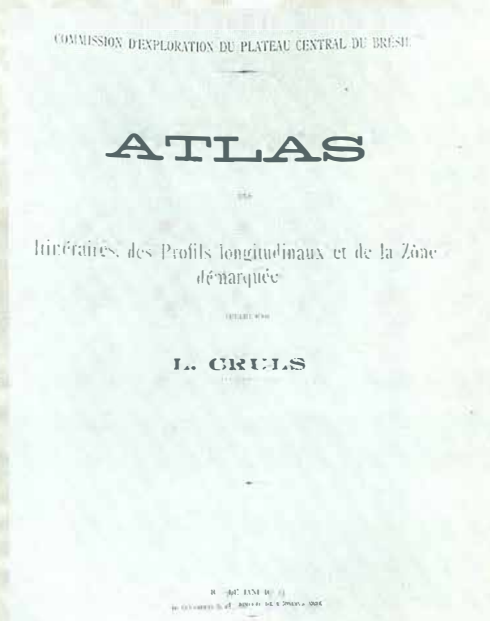
4



5

A proclamação da República em 1889 determina não só a mudança de nome do observatório mas a de seu cotidiano: retoma-se a visão utilitarista da ciência. Agora rebatizado Observatório do Rio de Janeiro, a instituição retorna ao Ministério da Guerra e é incluída no projeto de construção do Brasil republicano. Fica incumbida da instrução de engenheiros geógrafos, oficiais e da determinação dos limites do território nacional. Na república dos militares, astronomia e meteorologia devem transmitir "os conhecimentos práticos indispensáveis para o bom desempenho das comissões, que ser-lhes-ão confiadas".

Nos anos seguintes, o observatório concentra-se na demarcação de fronteiras com a Guiana Francesa, Bolívia e Argentina. Outra incumbência importante é a determinação do quadrilátero para a instalação da nova capital no Planalto Central em 1892. As energias da instituição praticamente se consomem nessas tarefas e nas tentativas de manter sua vocação científica. Mesmo bem-sucedido em suas novas funções, as poucas estrelas visíveis estarão resumidas àquelas estampadas na bandeira nacional.





3



4

1 Capa do *Atlas*, de Cruls, publicado em 1894; a obra é o relatório da expedição ao Planalto Central e apresenta a localização da futura capital do Brasil.

Observatório Nacional

2 Fundos do observatório no morro do Castelo no final do século passado; o prédio estava em avançado estado de deterioração

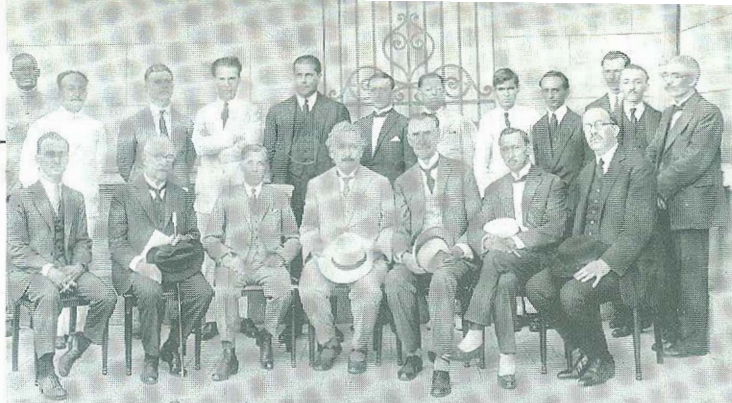
Foto de Augusto Malta/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

3 Foto tirada ao longo do caminho percorrido pela expedição ao Planalto Central; a autoria é atribuída a Henrique Morize, então 1º astrônomo do observatório e seu futuro diretor.

Observatório Nacional

4 Guarnição do Exército que ocupou em 1893 parte do morro do Castelo para combater a Revolta da Armada; o prédio do observatório foi danificado por um disparo de canhão de um navio de guerra fundeado no porto.

Foto de J. Gutierrez/Arquivo Nacional



1



3

1 Visita de Albert Einstein ao Observatório Nacional em maio de 1925.

Foto de Guilherme de Candia/ON

2 Henrique Morize, diretor do observatório entre 1908 e 1929, foi catedrático de física experimental da Escola Politécnica.

Observatório Nacional

3 Brasileiros, britânicos e franceses que participaram do eclipse solar total de Passa Quatro (MG) em 1912.

Foto de A. Soucasaux/Observatório Nacional

4 Instrumentos usados pelo Serviço da Hora já na nova sede do observatório em São Cristóvão (c. 1925).

Observatório Nacional

5 Desmorte do morro do Castelo no início da década de 1920; ruínas do prédio do observatório.

Foto de Augusto Malta/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

6 Nova sede do Observatório Nacional em São Cristóvão em 1921.

Observatório Nacional



4

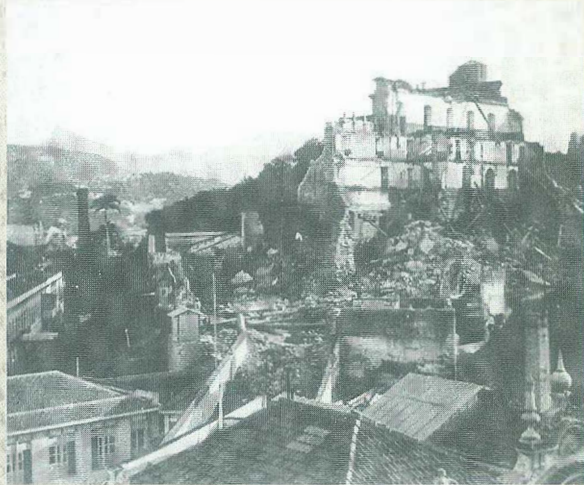


UM FORTUITO INCIDENTE

As demarcações das fronteiras não só custam o enfraquecimento das atividades científicas do observatório como também debilitam a saúde de seu diretor, Luiz Cruls, que morre em Paris em 1908. Em junho, Henrique Carlos Morize é efetivado na direção. A partir do ano seguinte, o Observatório Nacional, agora parte da Divisão de Meteorologia e Astronomia do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, é incumbido de “estudar as ocorrências das chuvas e das secas [...], fazer a previsão do tempo [...] e estabelecer os diversos tipos de tempo nas zonas da República [...]”. Uma visão utilitarista da ciência será imposta à gestão de Morize.

Mesmo marginalizados pelo novo regulamento, os objetivos científicos do observatório continuam presentes entre seus membros. Paralelamente à criação de estações meteorológicas pelo país, a instituição organiza expedições para os concorridos eclipses solares de Passa Quatro (MG) e de Sobral (CE). Em 1913, o Observatório Nacional adere ao serviço internacional da hora e, dois anos depois, inaugura o Observatório Magnético em Vassouras (RJ). A tradição das publicações é retomada.

A queda de uma janela da biblioteca -- um “fortuito incidente”, segundo Morize -- desencadeia a busca por uma nova sede. A escolha de sítio não é determinada só por critérios científicos: o Serviço da Hora impõe que o local seja visível do



5

porto. Lançada a pedra fundamental em 1913, oito anos depois o Observatório Nacional transfere-se para o morro de São Januário, no bairro de São Cristóvão. A nova localização não significa reforço às suas atividades científicas. Sua identidade continua marcada pela prestação de serviços.

6



Morize morre em 1930, sem indicar seu sucessor. Para a direção, o ministro da Agricultura nomeia Sebastião Sodré da Gama, catedrático da Escola Politécnica sem experiência científica nas áreas de atuação do Observatório Nacional (ON). A escolha de uma pessoa estranha à instituição é a solução para um conflito político interno no ON.

Mesmo com sede nova, Sodré da Gama não consegue impulsionar a astronomia: excesso de luz e poluição ofuscam as estrelas. A saída é buscar outro sítio adequado. O Observatório de Montanha garantiria a presença da astronomia moderna. Subordinado agora ao Ministério da Educação, o ON submete-se à reforma administrativa e obtém permissão para escolher instrumentos científicos. As encomendas são feitas à empresa alemã Zeiss. A serra da Bocaina é apontada como local mais apropriado para a instalação do Observatório de Montanha.

Mas a Segunda Guerra enterra o projeto. Incapaz de superar o revés, Sodré da Gama testemunha o declínio da astronomia no ON. À frustração, segue-se o marasmo, vencido só pela regularidade do Serviço da Hora e pela continuidade das atividades do Observatório Magnético.

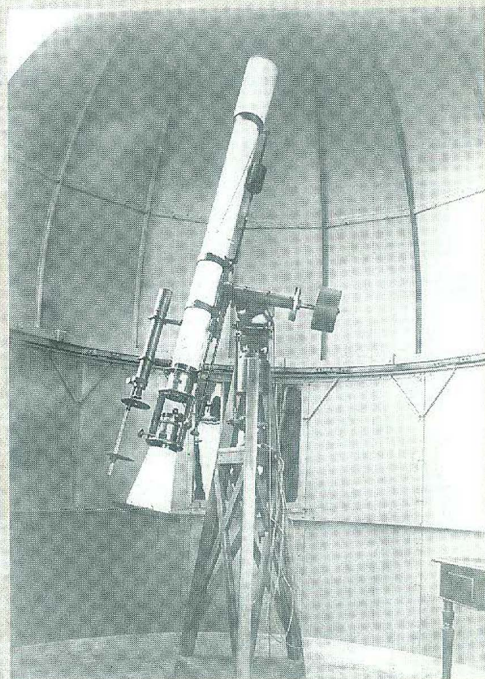


1

1 Sodré da Gama, professor de mecânica racional e celeste e diretor entre 1930 e 1951.

2 Fotoheliógrafo encomendado à Zeiss para ser usado no Observatório de Montanha.

Observatório Nacional



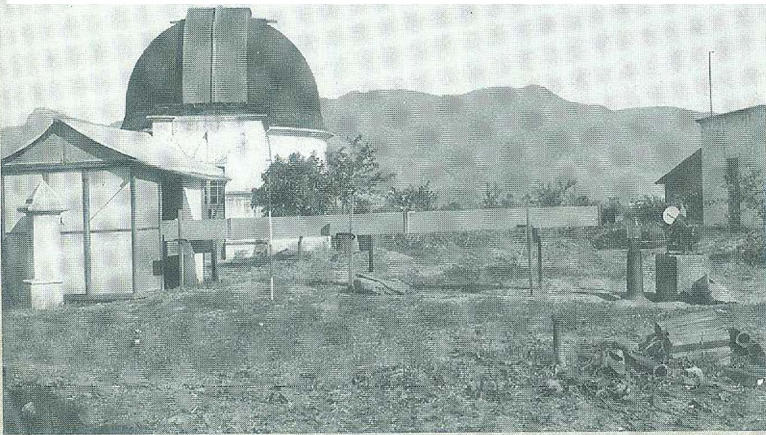
2

3 Detalhe de uma das cúpulas do Observatório Nacional no novo *campus*, em São Cristóvão (c. 1920)

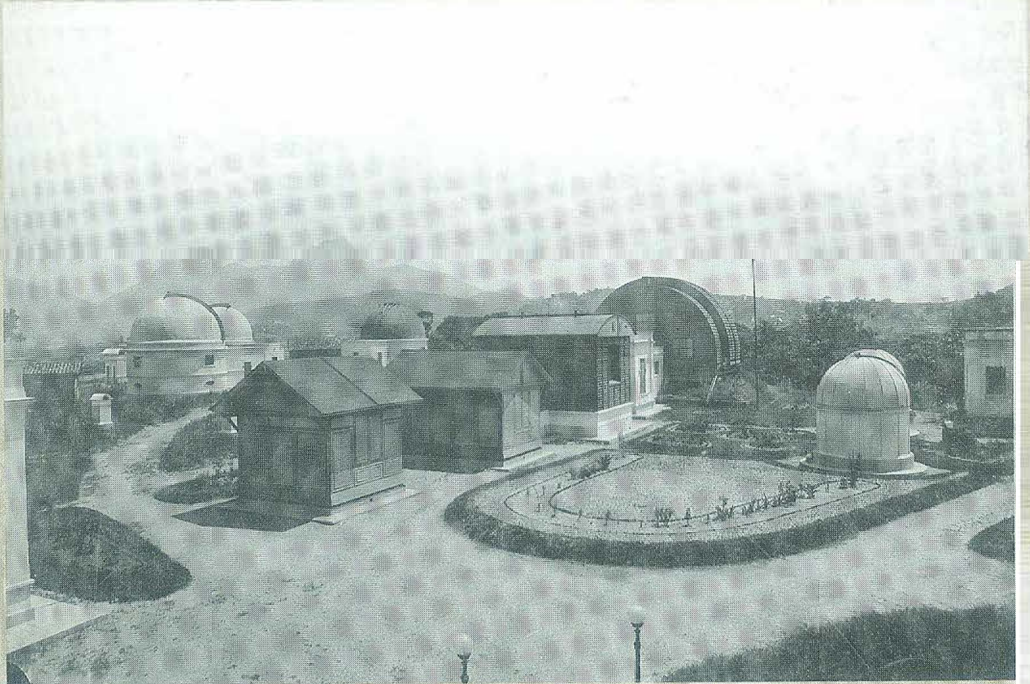
4 *Campus* do Observatório Nacional; foto tirada do alto do prédio da então sede da instituição (c. 1930).

Observatório Nacional

3



4



1



1 Equipamento instalado em Tatuoca, no Pará, na década de 1950.

Observatório Nacional

2 *Campus* do Observatório Magnético de Tatuoca.

Foto de Joelson Moreira/ON

3 Lélío Itapuambyra Gama, professor de análise matemática da Universidade do Distrito Federal (RJ) e da Faculdade Nacional de Filosofia (RJ); ingressou no observatório em 1917 e foi seu diretor de 1951 a 1967.

Observatório Nacional

4 Cronógrafo eletrônico para comparações internacionais de padrões de tempo, usado na década de 1950 pelo Serviço da Hora.

Observatório Nacional

2



Em 1951, Lélío Gama assume a direção do Observatório Nacional. Com apoio do recém-criado Conselho Nacional de Pesquisas, o novo diretor tenta reverter o quadro de inércia herdado do pós-guerra. Segundo ele, situação reforçada pela inadequação das regras administrativas e financeiras aplicadas às instituições científicas do país. Baixos salários forçam os "astrônomos do Observatório [...] a procurar, fora da repartição, ocupações suplementares que lhes permitam manter as famílias em nível condigno de subsistência".

Nesse período, intensifica-se um dilema que vem desde sua fundação.

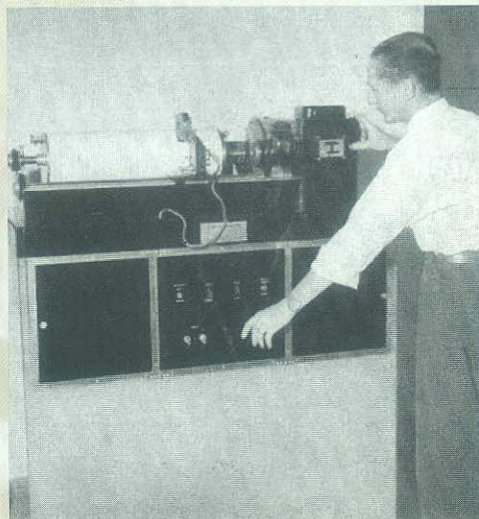
A insuficiência de recursos financeiros e humanos torna árdua a tarefa de manter o equilíbrio entre vocação científica e prestação de serviços -- esses últimos garantem sua visibilidade pública.

Preocupado em fortalecer a identidade científica do ON, Lélío Gama aceita o convite para participar do Ano Geofísico Internacional de 1957 e implementa a pesquisa em latitude, longitude, geomagnetismo, gravimetria e sismologia. Funda em 1957 o Observatório Magnético de Tatuoca (PA) para o estudo da estrutura do campo magnético e da evolução morfológica no país.



3

4



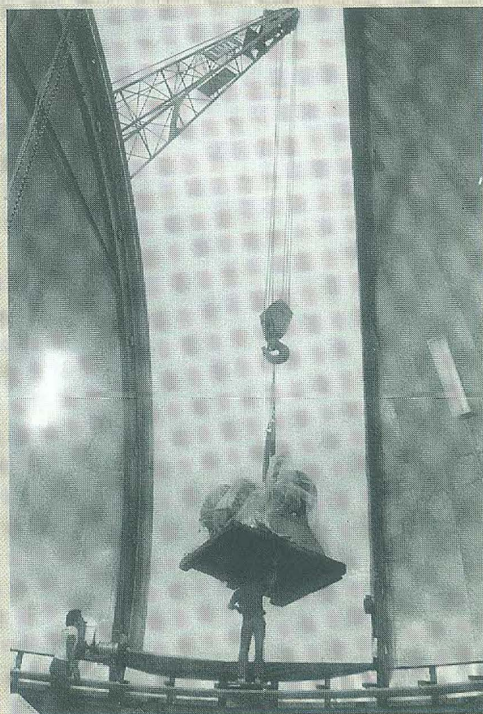
UM SÍTIO PARA AS ESTRELAS

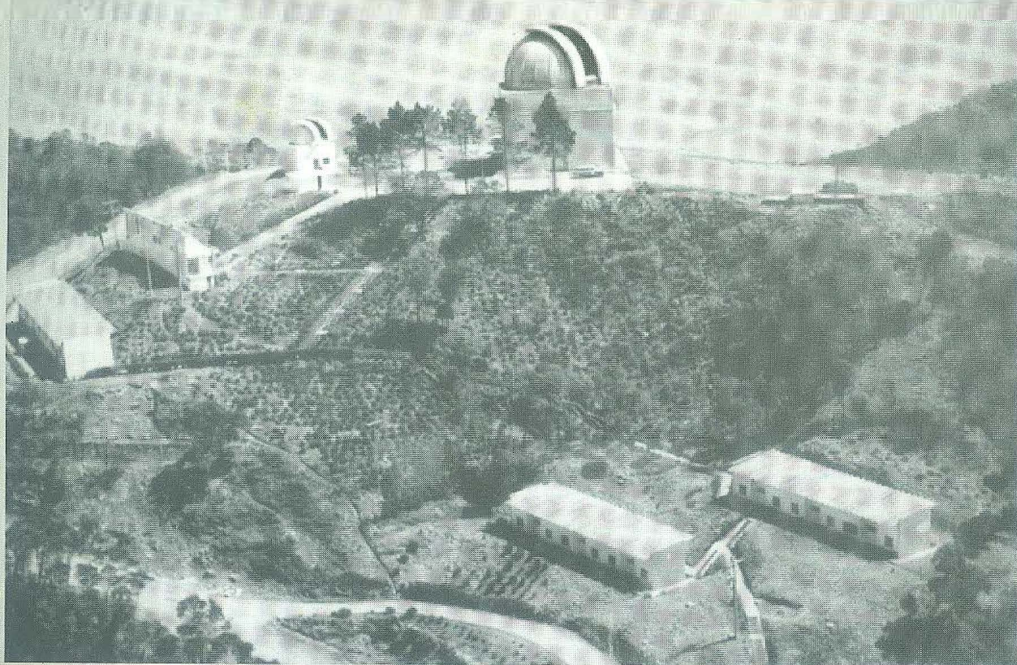
O Observatório Nacional enfim aproxima-se das estrelas: depara-se agora com a possibilidade de concretizar o ideal de ter um telescópio em local apropriado. Ao longo de sua história, apesar dos esforços, a instituição coleciona insucessos na área de astronomia. "Esse longo período de atividades não produziu [...] os resultados desejados pelos astrônomos brasileiros", resume Luiz Muniz Barreto, então diretor do ON.

A complexidade do novo projeto ultrapassa as capacidades humanas e materiais do Observatório Nacional. Por sua experiência em enfrentar dificuldades no passado, o ON torna-se um elemento central para o sucesso desse ideal. A saída resume-se a uma só palavra: colaboração.

A oportunidade de reunir pesquisadores e instituições em torno da construção de um observatório moderno surge com o eclipse solar de Bagé (RS) em 1966. A integração da comunidade científica mostra-se fundamental para a superação de impasses financeiros, políticos e científicos. A concretização do antigo ideal ocorre 15 anos depois: é inaugurado, em 1981, em Brasópolis (MG), o Observatório Astrofísico Brasileiro, hoje Laboratório Nacional de Astrofísica.

Um século e meio depois, o Observatório Nacional percorre seu caminho da terra ao céu.





3

4

1 Muniz Barreto, diretor do Observatório Nacional de 1967 a 1979 e de 1982 a 1985; um dos principais responsáveis pela realização do “velho sonho” da instituição: a construção de um observatório astrofísico.

Observatório Nacional

2 Montagem do telescópio Boller & Chivens, com espelho de 1,60m, no então Observatório Astrofísico Brasileiro, em Brasópolis (MG).

Foto de Rodrigo Prates Campos/Laboratório Nacional de Astrofísica

3 Vista das cúpulas dos telescópios Perkin-Elmer (0,60m) e Carl Zeiss (0,60m) no Laboratório Nacional de Astrofísica, em Brasópolis (MG).

Laboratório Nacional de Astrofísica

4 Pesquisadores no eclipse solar de Bagé (RS), em 1966.

Observatório Nacional



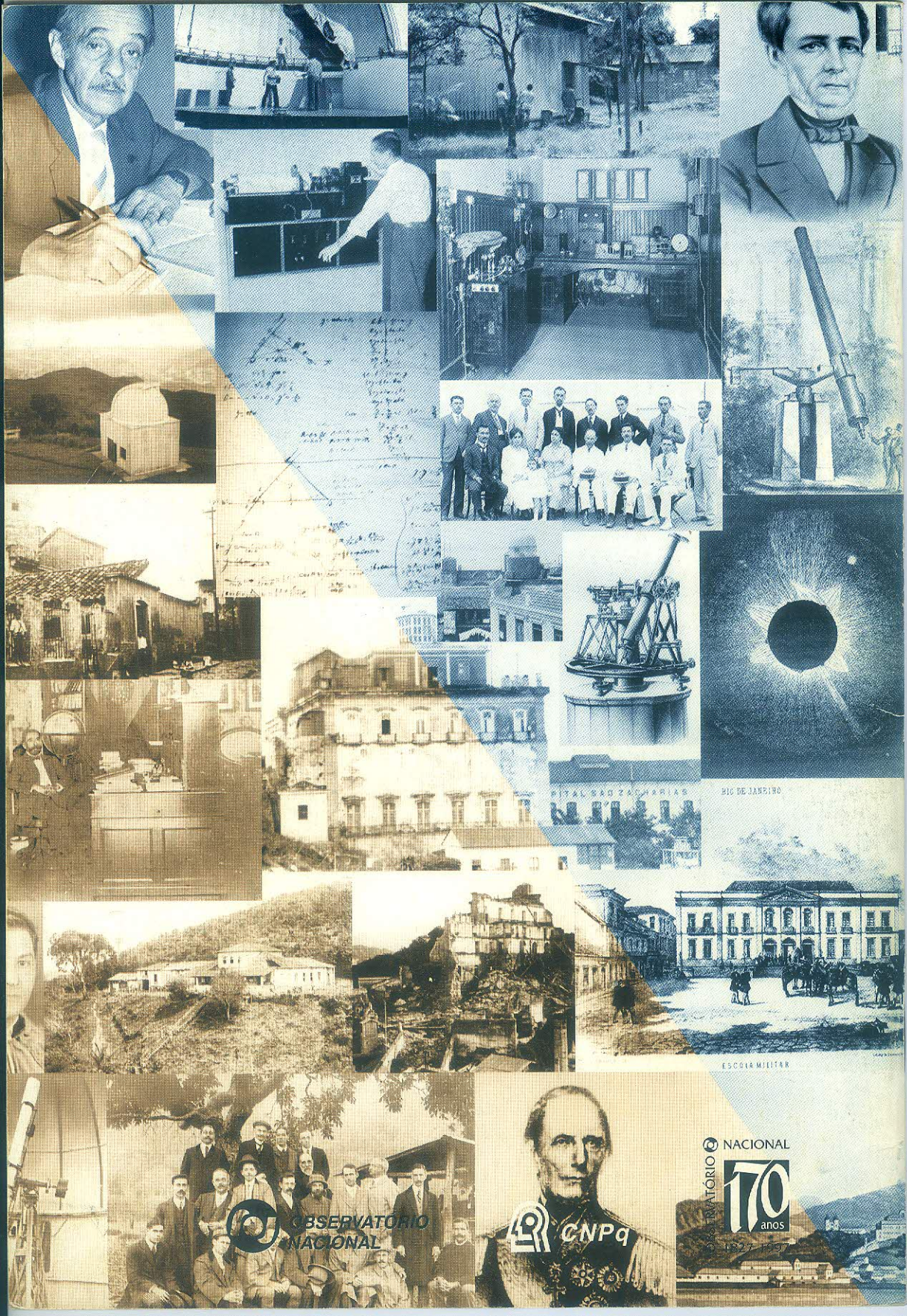


Ficha Técnica

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA GERAL DAS UNIDADES DE PESQUISA/
CNPq
OBSERVATÓRIO NACIONAL/CNPq
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO E
DOCUMENTAÇÃO/ON
Coordenação Geral
KATIA TEIXEIRA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Curadoria
ANTONIO AUGUSTO PASSOS VIDEIRA
Projeto Gráfico e Editoração de Imagens
ANA LUISA VIDEIRA
Pesquisa Iconográfica
LAÍS ANGELA LOPES TAVARES
Pesquisa Bibliográfica e Documental
LUCIANA MARTINS
Texto
ANTONIO AUGUSTO PASSOS VIDEIRA
E CÁSSIO LEITE VIEIRA
Fotografia e Reprodução Fotográfica:
JOELSON MOREIRA
Fotografia
RODRIGO PRATES CAMPOS (LNA/CNPq)
Reprodução Fotográfica
JOÃO LUÍZ KOHL MOREIRA E
MARCOMEDE RANGEL NUNES
Assessoria de Imprensa
JORGE PEREIRA DA SILVA

Agradecimentos

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DO
EXÉRCITO
ARQUIVO NACIONAL
BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS/UFRRJ
BIBLIOTECA NACIONAL
CENTRO DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO
FOTOGRAFICA (FUNARTE)
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL
(FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ)
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA/CNPq
MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT
MUSEU DA IMAGEM E DO SOM
MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS/CNPq
MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO DO
ITAMARATY
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
MUSEU IMPERIAL
MUSEU NACIONAL/UFRRJ
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA
SOCIÉTÉ NATIONALE DES SCIENCES NATURELLES
ET MATHÉMATIQUES DE CHERBOURG
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ILDEU DE CASTRO MOREIRA
JACQUES ANCELLIN
JOSÉ GALIZIA TUNDISI
JOSÉ UBYRAJARA ALVES
LUIZ MUNIZ BARRETO
MARIA CELINA MELLO E SILVA
MARINA FREITAS
NEIBE MACHADO COSTA
NILTON OSCAR SANTOS
PAULO SÉRGIO PELLEGRINI
RENATO LUÍS DO COUTO LEMOS



OBSERVATÓRIO
NACIONAL



CNPq

OBSERVATÓRIO NACIONAL
170
anos
1827-1997